

Educação Antirracista na Primeira Infância: Práticas Pedagógicas e a Construção das Relações Étnico-Raciais

Suellen da Silva Nascimento

Resumo

O presente trabalho analisa a importância da abordagem das relações étnico-raciais na educação básica, com ênfase na primeira infância. A reflexão parte de minha experiência como professora do berçário na Creche Municipal Tia Elza, onde desenvolvi práticas pedagógicas voltadas à valorização da identidade racial e da cultura afro-brasileira com bebês e crianças bem pequenas. A metodologia envolveu observação participante, registros pedagógicos e análise das interações cotidianas, articulando a prática com referenciais teóricos da educação antirracista. Os resultados indicam que propostas intencionais, sensoriais e culturais contribuem para o fortalecimento da autoestima, para a ampliação do repertório cultural e para o reconhecimento positivo da diversidade racial desde os primeiros anos de vida. O estudo dialoga com a BNCC, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e com a Lei 10.639/2003, indicando que o compromisso com uma educação antirracista deve começar no berçário, fase crucial para a formação da identidade, das interações sociais e do pertencimento.

Palavras-chave: Educação Infantil; Relações Étnico-Raciais; Creche Tia Elza.

Introdução

A educação infantil constitui um espaço central para o desenvolvimento integral das crianças e para a formação das primeiras noções de identidade, alteridade e pertencimento. Muito além de uma etapa preparatória para os anos iniciais, trata-se de um direito humano fundamental e de um período decisivo para a construção das bases cognitivas, afetivas, sociais e culturais que orientarão toda a trajetória escolar e cidadã dos sujeitos. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil afirmam que esse segmento deve assegurar práticas que promovam “interações e brincadeiras como eixos estruturantes das experiências infantis”, reconhecendo a criança como sujeito histórico e de direitos (BRASIL, 2009).

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Educação Infantil tem como função garantir experiências educativas que valorizem a pluralidade cultural, a diversidade étnico-racial e a constituição da identidade (BRASIL, 2017). A BNCC explicita que a criança aprende e se desenvolve nas relações e nas interações, o que torna o ambiente escolar um espaço privilegiado para enfrentar desigualdades e promover justiça social desde os primeiros anos de vida. Nessa perspectiva, trabalhar as relações étnico-raciais desde o berçário é uma necessidade urgente, uma vez que os processos de racialização começam muito cedo. Pesquisas revelam

que, já na primeira infância, crianças elaboram percepções sobre o corpo, a cor da pele e o lugar social que ocupam, influenciadas por discursos sociais e práticas institucionais. Nilma Lino Gomes “Desde muito cedo, as crianças aprendem que as diferenças são hierarquizadas, especialmente as diferenças de cor, construídas nas relações sociais.” (GOMES, 2003, p. 84).

Assim, a Educação Infantil torna-se um espaço estratégico para a construção de uma sociedade crítica, democrática e antirracista. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2004) afirmam que as instituições de ensino devem promover práticas que valorizem a história e a cultura afro-brasileira e africana, contribuindo para uma educação comprometida com a igualdade racial. Ao assumir a formação das crianças pequenas como prática ética e política, a Educação Infantil exerce um papel transformador na sociedade, sendo responsável por criar ambientes de pertencimento, reconhecimento e valorização da diversidade. Nesse sentido, trabalhar intencionalmente as relações étnico-raciais no berçário é garantir o direito das crianças a uma infância plena, digna e representativa, e contribuir para a construção de uma sociedade que reconheça, respeite e celebre a pluralidade racial e cultural brasileira.

Lei 10.639/2003: Fundamentos e implicações na educação básica

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, representa um marco estruturante na política educacional brasileira ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em toda a educação básica como aponta a lei:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

A Lei nº 10.639/2003 não surge de maneira isolada, mas como fruto da luta histórica do

movimento negro brasileiro, que há décadas denuncia o apagamento das matrizes africanas na educação e o racismo estrutural presente na escola. Nesse sentido, sua aprovação representa não apenas uma mudança curricular, mas um deslocamento epistemológico e político que convoca a escola a repensar suas práticas, identidades e formas de ensinar e aprender.

Nilma Lino Gomes descreve essa legislação como uma verdadeira ação afirmativa pedagógica, que rompe o silenciamento histórico imposto à África e à presença negra na construção da nação brasileira, posicionando a diversidade étnico-racial não como um apêndice opcional, mas como um direito fundamental inscrito na educação. Para a autora, a lei altera o imaginário pedagógico ao exigir que educadores adotem uma postura explicitamente antirracista, legitimando práticas isoladas que professores negros e comprometidos já realizavam nas salas de aula e demandando do Estado investimentos concretos em formação docente, produção de materiais didáticos e monitoramento de sua implementação nos sistemas educacionais municipais, estaduais e federal. A Lei representa um avanço na descolonização do currículo escolar brasileiro, tradicionalmente eurocêntrico e marcado pela invisibilização das matrizes africanas da capoeira, umbanda, candomblé e da oralidade aos saberes ancestrais transformando a escola em um espaço de reparação histórica e de construção de cidadania plural. (Gomes, 2012, p. 115-120). Essa exigência dialoga diretamente com Paulo Freire, quando afirma que “educar é sempre um ato político” e que toda prática pedagógica deve comprometer-se com a humanização e a dignidade dos sujeitos. Assim, assumir a temática étnico-racial, especialmente na educação infantil, significa assumir a responsabilidade ética de construir uma educação que não reproduza opressões, mas que ofereça às crianças a possibilidade de serem e existirem plenamente. (Freire, 1996, p.47)

Evidenciando que seu alcance vai além da inclusão de conteúdos ela convoca a escola a rever suas concepções de currículo, identidade, cidadania e democracia. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2004), que regulamentam a Lei 10.639/2003, reforçam que o trabalho pedagógico deve promover a valorização da população negra, romper estereótipos e reconhecer a centralidade da matriz africana na formação social, histórica e cultural do Brasil. Elas afirmam que todas as instituições educativas têm a responsabilidade ética de construir práticas antirracistas que assegurem às crianças o direito de conhecer sua ancestralidade e desenvolver uma autoestima positiva. Assim, aplicar a Lei 10.639/2003 na Educação Infantil não é apenas cumprir uma exigência legal, mas assumir um compromisso social com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Isso implica oferecer às crianças referências positivas da população negra,

representatividade nos materiais pedagógicos, narrativas que valorizem a história afro-brasileira e africana, e experiências que fortaleçam a autoestima, o pertencimento e o respeito à diversidade. Trabalhar essa temática no berçário e na creche significa romper com séculos de invisibilização e garantir que todas as crianças, desde muito pequenas, tenham acesso à pluralidade que constitui o Brasil. Essa perspectiva pedagógica exige uma releitura profunda do currículo, transformando um instrumento reprodutor de desigualdades em um espaço de emancipação. Na Educação Infantil, onde as bases da identidade se formam, ignorar a Lei 10.639/2003 perpetua o apagamento histórico, deixando as crianças sem ferramentas para compreender a riqueza mestiça de nossa nação. Ao contrário, integrá-la de modo orgânico desperta nelas uma consciência crítica precoce, fomentando o reconhecimento mútuo e o respeito como pilares da convivência democrática.

Os educadores nesse contexto, assumem o papel de mediadores culturais desafiados a desconstruir preconceitos internalizados e a promover um ambiente onde a ancestralidade africana seja celebrada como fundamento essencial da brasilidade. Isso não se resume a conteúdos isolados, mas a uma postura ética que permeia todas as interações, desde a linguagem cotidiana até as dinâmicas de grupo. Assim, a escola se torna um espaço transformador de cidadania, onde as crianças constroem autoimagens positivas e aprendem a valorizar a diversidade como força coletiva. No fundo, cumprir a lei na primeira infância é investir no futuro: gerações que veem o Brasil não como uma narrativa eurocêntrica fragmentada, mas como um mosaico vibrante, onde a contribuição negra é o eixo central da história, da cultura e da luta por equidade. Essa abordagem não apenas corrige injustiças históricas, mas pavimenta o caminho para uma democracia substantiva, inclusiva e verdadeiramente plural.

O fazer pedagógico antirracista na primeira infância creche tia Elza

A creche tem compromisso com a valorização da cultura negra e o combate ao racismo é uma prioridade diária, refletida em projetos que celebram a ancestralidade, a diversidade e o respeito às diferenças. Um dos destaques foi o trabalho inspirado na história da Tia Elza, da Creche Municipal Elza Machado dos Santos em Copacabana, fundada em 2008. Ela era uma mulher negra a sua infância não foi nada fácil abandonada pela sua mãe biológica ela trabalhava como agente educadora na comunidade Cantagalo e Pavão- Pavãozinho e faxina para completara a sua renda para ajuda nas despesas da casa. Tia Elza era líder comunitária na década de 1980 ajudando a população enfrentar a desigualdade social dentro do seu território. Em paralelo trabalhamos outra mulher negra que morava no Cantagalo Dona Totinha: A lenta

do Cantagalo como era conhecida ela vendia sacolé das portas da casa todos amam o feijão que era fazia outra coisa, sua marca e o cachimbo uma mulher do axé. Duas mulheres negras fizeram história dentro do seu próprio território, transformando a realidade por meio do cuidado, da educação e do compromisso com a comunidade. A creche deixou de ser apenas um espaço de acolhimento das crianças e tornou-se um lugar de construção coletiva, fortalecimento da identidade e valorização da população negra, reconhecendo que educar também é um ato de resistência e de amor.

Trabalhar essas vivências na Educação Infantil é fundamental, pois é nesse primeiro contato com a escola que as crianças começam a construir sua percepção de mundo, de pertencimento e de si mesmas. Quando a educação reconhece a cultura negra, respeita as histórias do território e valoriza as referências das próprias famílias, ela contribui para o desenvolvimento da autoestima, da consciência racial e do respeito às diferenças desde cedo. A creche cumpre um papel social essencial no enfrentamento do racismo e na formação de sujeitos mais sensíveis, críticos e conscientes.

Com sensibilidade, coragem e compromisso, essas mulheres mostraram que a educação enraizada no território tem força para transformar vidas, fortalecer comunidades e abrir caminhos para um futuro mais justo. Suas trajetórias revelam que cuidar, ensinar e resistir caminham juntos quando o objetivo é garantir dignidade, identidade e esperança para cada criança.

Outro trabalho significativo desenvolvido pela creche foi a criação da mascote de cada turma: uma boneca preta, pensada com carinho para representar identidade, afeto e pertencimento. A cada sexta-feira, a mascote era levada para a casa de uma criança e retornava na segunda-feira trazendo, junto com ela, as memórias do final de semana vivido em família. Esse momento era compartilhado com a turma por meio da rodinha, fotos e escrita que os responsáveis faziam no caderno com isso fortalecei-a vínculos entre escola, criança e território.

Na Educação Infantil, experiências como essa têm um valor profundo, pois reconhecem a criança como sujeito de histórias, saberes e emoções. Ao levar a boneca que também representa a valorização da identidade negra para dentro de casa, a proposta amplia o diálogo entre cultura, família e escola, promovendo autoestima, representatividade e respeito às diferenças desde os primeiros anos de vida. Além disso, o retorno coletivo das narrativas estimula a linguagem, a imaginação, a socialização e o sentimento de pertencimento ao grupo.

A mascote deixa de ser apenas um objeto simbólico e se transforma em uma ponte afetiva entre diferentes espaços de cuidado e aprendizagem. Essa prática mostra que a Educação

Infantil, quando construída com sensibilidade e consciência social, pode fortalecer identidades, valorizar a diversidade e contribuir para a formação de crianças mais seguras, respeitadas e conectadas com sua própria história.

O último trabalho desenvolvido pela creche teve como tema *Tia Elza de Portas Abertas* em dezembro de 2024 uma proposta os cinco campos de experiência da Educação Infantil organizam as aprendizagens das crianças de maneira integrada, considerando seus modos próprios de sentir, agir, pensar e se relacionar com o mundo. No campo O eu, o outro e o nós, as crianças constroem sua identidade, aprendem a conviver, a respeitar diferenças e a fortalecer vínculos de pertencimento. Em Corpo, gestos e movimentos, exploram o corpo, expressam-se por meio das brincadeiras, da dança e das diferentes possibilidades de movimento. Já em Traços, sons, cores e formas, desenvolvem a sensibilidade estética e a criatividade através do desenho, da pintura, da música e de outras linguagens artísticas. No campo Escuta, fala, pensamento e imaginação, ampliam a linguagem oral, a capacidade de narrar, imaginar, ouvir histórias e comunicar sentimentos e ideias. Por fim, em Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações, investigam o ambiente, a natureza, as noções de tempo e quantidade, estabelecendo relações que contribuem para a compreensão do mundo físico e social.

Cada turma (berçário ao Pré 1) desenvolveu a temática africana respeitando sua faixa etária, seus tempos e suas formas de aprender no agrupamento do berçário composta pelas professoras. Por exemplo, foram explorados elementos ligados às religiões de matriz africana as evas são elas: Mario, Ipeté, Akoko, Peregum, vence Demanda e Semente de dênde o objetivo da atividade convida as crianças a criarem um quadro árticos utilizando papelão, tinta e as evas que é da cultura africana.

Trabalhar os campos de experiência na Educação Infantil torna-se ainda mais significativo quando pensamos no berçário, etapa em que as primeiras relações, sensações e descobertas estão sendo construídas. É nesse período que o cuidado, o afeto e as interações ganham centralidade, permitindo que bebês explorem o mundo por meio do corpo, dos sons, das cores, dos movimentos e do contato com outras pessoas. Ao vivenciar propostas que dialogam com a identidade, a cultura e o pertencimento especialmente quando relacionadas à valorização da cultura africana e afro-brasileira o berçário deixa de ser apenas um espaço de assistência e passa a se afirmar como um ambiente educativo potente, que reconhece os bebês como sujeitos de direitos, história e sensibilidade. Explorar essa temática desde tão cedo contribui para a construção de vínculos positivos com a diversidade, fortalecendo a autoestima das crianças negras e promovendo o respeito entre todas as crianças. Mesmo sem o domínio da

linguagem oral, os bebês percebem gestos, entonações, imagens, músicas e expressões culturais, criando memórias afetivas que influenciam seu desenvolvimento emocional, social e cognitivo. Assim, experiências com cantigas de matriz africana, tecidos, ritmos, cores, movimentos corporais e narrativas visuais tornam-se caminhos sensíveis para introduzir valores de pertencimento, cuidado coletivo e reconhecimento das diferenças.

Dessa forma, trabalhar intencionalmente os campos de experiência no berçário revela o compromisso da Educação Infantil com uma formação humana integral e antirracista desde o início da vida. Quando o cotidiano pedagógico acolhe a cultura, a história e a identidade do território, a creche se transforma em um espaço de proteção, aprendizagem e dignidade, onde cada bebê é visto, respeitado e convidado a crescer em um ambiente de amor, diversidade e justiça social.

O desenvolvimento dessa temática também aconteceu de forma coletiva, envolvendo não apenas as crianças e educadores, mas também as famílias, que caminharam junto com a creche na construção dessas experiências. A participação dos pais fortaleceu os vínculos entre escola e comunidade, permitindo que as vivências sobre cultura africana e afro-brasileira ultrapassassem os muros da instituição e chegassem ao cotidiano das casas, ampliando sentidos, memórias e aprendizados. Esse movimento de parceria reafirma que educar na Educação Infantil é um ato compartilhado, construído na escuta, no respeito e no reconhecimento das histórias de cada família.

Quando a escola convida os responsáveis a participarem das propostas pedagógicas, cria-se um ambiente de confiança e pertencimento, essencial para o desenvolvimento integral das crianças, especialmente no berçário, onde o cuidado e o afeto são fundamentais. Ao dialogar com os pais sobre identidade, diversidade e valorização da cultura negra, a creche contribui para a formação de uma comunidade mais consciente, sensível e comprometida com uma educação antirracista desde os primeiros anos de vida.

Assim, trabalhar essa temática em conjunto revela que a Educação Infantil vai além do ensinar conteúdos ela constrói relações, fortalece identidades e promove transformação social por meio do cuidado coletivo. A presença ativa das famílias torna esse processo ainda mais significativo, garantindo que cada criança cresça cercada de afeto, respeito e orgulho de sua própria história.

Considerações Finais

A partir das reflexões apresentadas, compreende-se que a educação antirracista na

primeira infância não pode ser tratada como algo pontual ou secundário. Ela precisa estar presente nas práticas cotidianas da creche, nas escolhas pedagógicas, nos materiais utilizados, nas histórias narradas e nas interações construídas entre crianças e adultos. É nesse início da vida escolar que se formam as primeiras noções de identidade, pertencimento e respeito às diferenças.

As experiências desenvolvidas na Creche Municipal Tia Elza evidenciam que é plenamente possível trabalhar as relações étnico-raciais com bebês e crianças bem pequenas, de maneira sensível e adequada à faixa etária. As propostas que valorizaram mulheres negras do território, a criação da mascote preta como símbolo de representatividade e as atividades inspiradas na cultura africana demonstraram que o berçário é um espaço potente de formação humana, e não apenas de cuidado.

A aplicação da Lei 10.639/2003 na Educação Infantil mostra-se fundamental para garantir que a história e a cultura afro-brasileira e africana estejam presentes desde os primeiros anos. Mais do que cumprir uma exigência legal, trata-se de assumir um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa. Quando a escola oferece referências positivas da população negra, contribui para o fortalecimento da autoestima das crianças negras e para a formação de todas as crianças no respeito à diversidade.

Destaca-se, ainda, a importância da parceria com as famílias nesse processo. A participação dos responsáveis fortalece os vínculos entre escola e comunidade, amplia os sentidos das práticas pedagógicas e torna o trabalho mais significativo. A educação antirracista, na primeira infância, ganha força quando é construída de forma coletiva.

Conclui-se, portanto, que o berçário é um espaço essencial para a promoção da igualdade racial. Investir em práticas pedagógicas que valorizem a identidade, a cultura e o território desde os primeiros anos é contribuir para a formação de sujeitos mais conscientes, respeitosos e seguros de sua própria história. A Educação Infantil, quando orientada por princípios de equidade e valorização da diversidade, torna-se um verdadeiro instrumento de transformação social.

Referências

GOMES, Nilma Lino. Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e formação docente. Belo Horizonte: UFMG/Fae, 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo:

Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ASSUNÇÃO, Marcelo. Arquivo- Resgate do samba- cultura, Tradição e Memória.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004.

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 2004. Disponível em: Disponível em

<https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/diretrizes-para-a-educacao-basica>

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União,

Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm